

# PSICANÁLISE & TECNOLOGIAS sociais

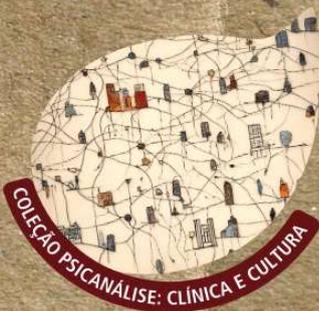
Organizadoras

Andrea Gabriela Ferrari

Cláudia Perrone

Simone Moschen

Volume 1



Copyright © Editora CirKula LTDA, 2023.

1º edição - 2023 - Volume 1

REVISÃO: Mauro Meirelles e Gustavo Duarte

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS, NORMATIZAÇÃO E EDIÇÃO:  
Mauro Meirelles

DIAGRAMAÇÃO: Luciana Hoppe

CAPA: Luciana Hoppe

Imagem da Capa: Luisa Roos

TIRAGEM: 125 exemplares

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO -CIP

P974 Psicanálise e tecnologias sociais / organizadoras Andrea Gabriela Ferrari, Cláudia Perrone, Simone Moschen. – 1.ed. – Porto Alegre: Cirkula, 2023.  
218 p. : il. – (Coleção Psicanálise: Clínica e Cultura)

ISBN: 978-85-7150-048-8

1.Psicanálise – Tecnologia social. 2. Escuta psicanalítica. 3. Saúde mental – Políticas públicas. 4. Educação infantil. 5. Psicanálise – Pesquisa. 6. Cuidado da criança. I. Ferrari, Andrea Gabriela. II. Perrone, Cláudia. III. Moschen, Simone. IV. Série.

CDU: 159.964.2

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA.  
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

**Editora CirKula**

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: [editora@cirkula.com.br](mailto:editora@cirkula.com.br)

Loja Virtual: [www.livrariacirkula.com.br](http://www.livrariacirkula.com.br)

Este livro foi submetido à revisão por pares, conforme exigem as regras do Qualis Livros da CAPES.

## Capítulo 1

### *O dispositivo orientação e a literatura como tecnologia social para a intervenção psicanalítica em contextos de crueldade*

Sandra Djambolakdjian Torossian

O objetivo deste capítulo é apresentar o dispositivo orientação e a literatura como uma tecnologia social que incide na escuta psicanalítica situada nas políticas públicas e nos contextos de crueldade. Nos referimos aqui à orientação acadêmica que tem lugar nos programas de Pós-Graduação visando produzir conhecimento científico a partir da elaboração de pesquisas, teses e dissertações.

Do conceito de dispositivo resgatamos a ideia de um conjunto multilinear composto por linhas de natureza diferentes, dentre as quais podem ser encontradas linhas de sedimentação mas também linhas de fissura e fratura; linhas de estratificação e linhas de atualização ou criatividade, constituindo redes de saber-poder entre diferentes componentes institucionais (DELEUZE, 1996). O trabalho nesse terreno consistiria em desemaranhar o dispositivo traçando mapas, cartografando ao percorrer o desconhecido. É desse terreno de trabalho, denominado orientação que pretendemos tratar aqui, no qual emergem tanto lógicas institucionais de sedimentação quanto a possibilidade de sua fissura. Sustentamos aqui, e pretendemos demonstrá-lo, que essas fraturas se tornam possíveis através de um processo de escuta em transferência.

Apresentaremos, então, o trabalho desenvolvido no LE-PLIP – Laboratório de Psicanálise, Literatura e Política/UFRGS, o qual tem como objetivo principal a pesquisa da escuta psicanalítica situada nas políticas públicas e em contextos de vulnerabilidade e crueldade. Utilizamos propositalmente o termo *situada* com o intuito de evitar cair nas cisões hierárquicas, que frequentemente habitaram os textos psicanalíticos, nos quais se produz uma adjetivação da Psicanálise e da escuta psicanalítica.

Esses textos geralmente objetificam e atribuem maior valor àquela escuta que acontece no contexto do consultório e com a utilização do divã. Assim, termos como Psicanálise *strictu sensu*, ou Psicanálise em intensão (e extensão), deslocam seus sentidos de serem um cenário de escuta e formação para se transformarem num adjetivo do “tipo” de Psicanálise exercida. Com isso encobre-se uma aposta que os psicanalistas realizaram desde a primeira geração, de incluir a política e os direitos sociais como um dos temas psicanalíticos fundamentais.

Danto (2019) ao apresentar os resultados de sua pesquisa afirma ter sido a invenção psicanalítica ao mesmo tempo uma prática terapêutica e uma ideologia modernista de transformação a favor dos direitos sociais. Foi essa a posição freudiana e da primeira geração de analistas. Numa Viena na qual apostava-se na social-democracia como um sistema de governo mais igualitário havia um Sistema de Saúde no qual médicos e outros profissionais doavam horas de trabalho, uma espécie de política pública da época. Nesse cenário os psicanalistas, incluindo Freud, sustentavam sua obrigação social de doar parte de seu tempo a pessoas que, de outro modo, não poderiam pagar pela Psicanálise. Por

outro lado, e para além do dispositivo terapêutico, dispunham-se a contribuir, a partir do pensamento psicanalítico, com as políticas governamentais.

Face ao posicionamento político e público de Freud, alguns psicanalistas dentre os quais estava Ernest Jones, manifestaram opinião contrária. Segundo Jones, não seria necessário difundir publicamente as opiniões políticas que deveriam se manter privadas, com o intuito de difundir a Psicanálise. Assim, afirma Danto, tendo prevalecido a posição de Jones nos últimos cem anos, não é de estranhar que o mandato de Freud de 1918 tenha sido consistentemente subestimado.

Ao dedicar-se ao tema do lugar da política na Psicanálise, Birman (2010) destaca que no texto dedicado à sublimação Freud aponta três domínios como possíveis saídas sublimatórias: a arte, a moral e a política. No entanto, destaca o autor, a tradição pós-freudiana tratou esses temas de modo desigual, sublinhando a arte e a moral e deixando a política para um segundo plano, muitas vezes esquecida ou descartada. Um dos efeitos dessa ação relativa à desimplicação da política ou do descarte da mesma no discurso psicanalítico, teria sido a redução da Psicanálise ao estatuto de uma simples terapêutica do psiquismo, dando-lhe um olhar técnico e despolitizado.

Birman (2010) aponta, também, o movimento, acontecido nas últimas décadas, no qual a política tem voltado a habitar o discurso psicanalítico e institucional. Dentre as várias hipóteses levantadas para isso destaca as transformações no espaço social contemporâneo incidindo no funcionamento psíquico no qual formas diversas de crueldade e violência associam-se a perturbações psíquicas nas quais a ação predomina em relação à palavra. Assim, segundo esse

autor há uma abertura da comunidade psicanalítica para uma posição mais politizada e menos conservadora.

Uma das vertentes dessa abertura, e talvez um dos modos em que o cenário brasileiro contribuiu com essa abertura, é a presença de psicanalistas nos movimentos da Reforma Sanitária Brasileira e da Reforma Psiquiátrica. É através desses movimentos que diversos psicanalistas, protagonistas dos movimentos reformistas, passam a incluir o discurso psicanalítico no campo da elaboração de políticas públicas bem como apresentam a escuta como uma das ferramentas de sua execução. Nesse sentido a Psicanálise parece reatualizar uma intervenção política que por algum tempo foi interpretada como algo “privado”, de menor valor, mas que esteve presente já nos tempos iniciais do movimento psicanalítico.

O termo “políticas públicas” tem sido utilizado com vários sentidos e tem se tornado também campo de disputa de poder. Por isso e por tratar-se de um conceito e um significante de relevo para a elaboração deste texto cabe aqui um parêntese, mesmo que breve, para explicitar esse termo.

De acordo com Teixeira (2002, p. 2) as políticas públicas configuram “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. Do mesmo modo Acurcio (2007, p. 23) as nomeia como “um conjunto de diretrizes e referenciais ético-legais adotadas pelo Estado para fazer frente a um problema que a sociedade lhe apresenta”. Desse modo, ainda segundo esse autor, as políticas públicas convertem-se nas principais estratégias de efetivação dos direitos sociais.

Nesse cenário brasileiro de interface entre as Políticas Públicas e a Psicanálise, diversos psicanalistas foram se

constituindo como trabalhadores dos serviços que as compõem, quer se trate de Políticas de Saúde, Educação, Assistência Social, Moradia ou Segurança e tem buscado diferentes espaços de sustentação, elaboração e teorização de sua prática. Dentre esses, destacamos a Supervisão Clínica, a Supervisão Clínico-Institucional e a Pesquisa.

### Um cenário de pesquisa: o Laboratório de Estudos em Psicanálise, Literatura e Política

O LEPLIP – Laboratório de Estudos em Psicanálise, Literatura e Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tem se constituído como um campo de pesquisa e surge a partir da reunião de trabalhadores-pesquisadores no processo de orientação de Mestrado. A maior parte deles atuam na da rede pública intersetorial ou realizam suas pesquisas com temas pelos quais são afetados e sustentam-se na ética da Psicanálise. Pode-se afirmar que o LEPLIP surge, então, como um efeito *après-coup* do labor investigativo que esse grupo realiza sobre sua experiência cotidiana.

O tema geral das pesquisas realizadas neste laboratório direciona-se aos modos de escutar o sofrimento produzido nesses cenários. Nesse processo verificou-se uma constante: a dificuldade de escrever sobre a experiência de escuta. Dificuldade que implica, por sua vez, numa suspensão do processo de pesquisa uma vez que a pesquisa psicanalítica se ancora no ato da escrita (RODULFO, 2004; MEZAN, 1998; MARQUES, 2006).

Rosa (2002) analisa as dificuldades de escuta em territórios das cidades marcados pela desigualdade. A autora sublinha a situação transferencial quando quem escuta e quem é escutado ocupa lugares opostos na estrutura social.

Trata-se de um encontro entre os porta-vozes dos emblemas que possibilitam posições de inclusão, os que dominam as ferramentas de pertinência social e as pessoas que frequentemente possuem o peso imaginário de estar fora, excluídas da estrutura social.

Uma análise semelhante pode ser encontrada nas posições sociológicas de Jessé Souza (2009), quando sinaliza que a produção de desigualdade social se assenta na desigualdade de classe. Destaca, nesse ponto, o que denomina de “aprendizagens invisíveis” que produzem violência simbólica. Fazem parte das aprendizagens invisíveis os gestos e modos de viver aprendidos nas diversas instituições formadoras e constitutivas de sujeito. Denomina, ainda de “má fé institucional” o fato de muitas instituições não respeitarem os objetivos para os quais foram implantadas.

A escuta nessa condição de desigualdade, em espaços potencialmente traumatizantes nos quais os profissionais dos serviços públicos e a população atendida costumam estar em lugares desiguais na estrutura social é analisada por Rosa (2002) destacando a possibilidade de haver uma posição de resistência à escuta por parte dos profissionais.

De acordo com Rosa (2002), ainda, a escuta do discurso desses sujeitos fica insuportável, não somente pela situação em si mas porque tomar esse outro, na sua alteridade, como um sujeito do desejo, atravessado pelo inconsciente e confrontado com situações de extremo desamparo, – situação gerada pela ordem social da qual o psicanalista usufrui – “é levantar o recalque que promove a distância social” (ROSA, 2002, p. 7). Nessas situações escutar seria romper o pacto de silêncio do grupo social ao qual cada um pertence e do qual usufrui. Um pacto sustentado na invisibi-

lidade das determinações do outro e na (pseudo)afirmação de uma igualdade entre todos. Negação da diferença que possibilita o gozo de uma posição imaginária de estar do lado do bem.

Além dos pontos levantados por Rosa (2002) e Souza (2009) podemos afirmar que a resistência e os impasses na escuta não se dão somente pelas posições transferenciais e sociais desiguais, na qual um segmento da população se encontra numa posição diferenciada de poder, mas de modo suplementar, por uma hierarquização dessa diferença que produz desvalorização e segregação da fala bem como das posições e dos bens culturais deste segmento da população que sofre os efeitos da crueldade institucional.

A procura pelo espaço do Mestrado, por quem está na condição de escutar a população em espaços de segregação social, pode ser compreendida, então, como um modo de buscar alternativas para suportar a diferença nos lugares de escuta, sem necessariamente permanecer na posição de insuportabilidade de escutar. Além disso, a desigualdade é característica da realidade brasileira e demanda da Psicanálise pesquisa e teorização, pondo à prova as ferramentas conceituais para essa particularidade do sofrimento.

O objetivo do Laboratório, materializado num projeto de pesquisa, passa a ser então a construção de uma estratégia metodológica de pesquisa que provoque rupturas e deslocamentos nos impasses da escrita que são, também, impasses da escuta nos mencionados contextos territoriais e transferenciais, quando capturados pelas relações de saber-poder sedimentadas. Escuta realizada em espaços caracterizados pela desigualdade social e racial bem como pelo limite das possibilidades de ação dos técnicos dos serviços em função

das políticas de governo e de Estado, denominados por Paulo Endo (2005) como potencialmente traumatizantes.

Escolhemos a expressão contextos de crueldade para designar territórios e espaços da cidade nos quais as pessoas estão expostas à violação dos seus direitos, à violência que surge dos lugares e cenários onde deveria se encontrar proteção, mas que, em vez disso, encontra desamparo social. Nesses cenários o Outro aparece encarnado por figuras de violência e violação, sem ambivalência, sem oscilações, sem dúvidas, sem intervalos. Assim, a crueldade não está colocada somente no território geográfico, mas amplia-se para o território das relações interpessoais (SANTOS, 2007) e, mais ainda, torna-se importante vetor de constituição do psiquismo.

A construção dessa ideia ancora-se nas proposições de diversos autores. De Derrida (2001) tomamos seus apontamentos sobre a ascendência latina da palavra crueldade: *cruor*, *crudus*, *crudelitas*, assinalando uma necessidade histórica de sangue derramado. Além disso, resgatando outras semânticas não latinas, o autor afirma que a crueldade designa, também, o “desejo de fazer ou de se fazer sofrer *por* sofrer, mesmo de torturar ou de matar, de se torturar por torturar ou por matar, *para* sentir um prazer psíquico no mal pelo mal, mesmo *para* gozar do mal radical” (DERRIDA, 2001, p. 6).

Desse autor resgatamos também sua aposta na Psicanálise como modo de trabalhar à crueldade por ela ser *sem álibi*, por tratar da crueldade sem relação com instâncias religiosas ou metafísicas. Afirma o autor: “nenhum outro saber estaria disposto a se interessar por algo como a crueldade – salvo o que se chama Psicanálise” (DERRIDA, 2001, p. 9). Para isso, adverte, é necessário que a Psicanálise tome a

política e as relações com a pulsão de poder como campo de análise, sobretudo as “relações com o espaço público da sociedade civil e do Estado” (DERRIDA, 2001, p. 48).

Birman (2010), ao ler Derrida, aponta a crueldade como um operador por excelência para a produção do mal, destacando que essa permeou toda a história do ocidente, marcada por diferentes formas de apresentação ao longo dessa história. Assim, a crueldade vai transformando sua associação ao poder quando se trata da soberania do Estado (crueldade exercida pelo Estado), ou da mundialização e cosmopolitismo, na qual os Estados cedem parte de sua soberania a instâncias transnacionais.

Mijolla-Mellor (2005, p. 174) contribui com nossa construção quando destaca que “exercer a crueldade implica uma desidentificação com a vítima em nome de uma identificação com um princípio superior”. A autora refere, ainda, que uma desidentificação face ao outro fundamenta todas as barbáries e afirma que perante a barbárie resta sempre uma pergunta em relação ao que aconteceu, ao que se fez ou se deixou de fazer e levou o sujeito à posição de não ter outra saída senão a identificação megalômana com uma posição desumanizada.

Os contextos de crueldade traduzem-se então em territórios geográficos, existenciais e relacionais nos quais presentifica-se uma violência difusa ancorada em relações nas quais prevalece o fazer o mal e a falta de clemência que dão lugar a movimentos de desidentificação que derivam na desumanização. Territórios que produzem sujeitos em cuja constituição psíquica há rastros da barbárie sofrida, e por isso mesmo, a crueldade poderá se repetir contra si e contra outros.

## A Orientação e a Literatura como dispositivo

O trabalho de orientação do LEPLIP deu-se, desde seu início, de modo coletivo. Com reuniões semanais, o grupo de orientação das pesquisas e dissertações caracteriza-se pela escrita da experiência de cada um dos pesquisadores os quais compartilham com o grupo seus textos. Por vezes realiza-se a leitura em voz alta, por vezes combina-se uma leitura prévia e discussão do texto. Há ainda momentos em que sem texto, fala-se do que se pretende escrever, ou das impossibilidades da escrita naquele momento, das inibições, das questões institucionais, dos casos, das escutas realizadas, do trabalho com as equipes, dentre outros temas e motivos. O grupo então discute, associa, indica leituras, sugere modificações, critica o texto.

A procura pelo espaço da pesquisa, por quem está na condição de escutar a população em espaços de segregação social e crueldade, pode ser compreendida, então, como um modo de buscar alternativas para suportar as desigualdades nos lugares de escuta, sem necessariamente permanecer na posição de resistência à escuta. Com esse objetivo, as diferentes pesquisas de dissertação buscaram modos de superação da inibição e dificuldades de escrita, que refletem, como já dissemos, impasses na escuta. A partir da leitura de Benjamin (1987) buscamos a narrativa como uma das possibilidades de produzir a passagem do vivido à experiência. Segundo o autor, é através da narrativa que aquilo que é vivenciado poderia se transformar em experiência. A ausência de narrativa faz com que as vivências traumáticas se transformem num vazio de experiência. No nosso caso foi a narrativa literária que permitiu essa passagem. Passamos a narrar algumas das cenas que enlaçaram a experiência clínica com variados gêneros literários

## 1. Crônicas da experiência

Uma das pesquisas foi desenvolvida na Política de Assistência Social, num momento em que o Brasil vivia um Golpe de Estado. Isso refletiu especialmente no campo das políticas públicas, especificamente daquelas que lidam com a desigualdade social, com ações restaurativas e de proteção social. A sociedade em geral e os trabalhadores dos serviços da Assistência Social, em particular, tiveram seu trabalho dificultado em função de mudanças nas diretrizes, orçamento e organização da política. A pesquisadora em questão, buscava delinear seu tema de pesquisa. Nesse processo foi se apresentando uma continuidade de cenas da experiência, em excesso, uma atrás da outra, sem qualquer ponto de fixação num tema. Tinha-se, nesse momento, a impressão de que tudo precisava ser contado, para não se perder, como estava se perdendo o trabalho realizado até então. Ao escutar esse relato, propomos que essas experiências fossem contornadas pelo gênero da crônica. A escolha das crônicas emergiu da necessidade de encontrar um modo de escrita que considerasse o relato do cotidiano.

Destaca-se que a crônica e sua característica de ser uma escrita mais próxima à vida, aos encontros e desencontros do cotidiano e é compreendida como literatura muito brasileira (SANTOS, 2016). Surge no momento em que os jornais passam a ter circulação periódica, retratando o dia a dia da cidade e seus habitantes por lentes atentas, sagazes e muitas vezes, incomuns.

Cândido (1981), destaca a grandiosidade desse gênero ao afirmar que das escritas despretensiosas nunca viu tamanho comprometimento com o olhar sobre o mundo.

Sustenta, ainda, que as crônicas – por sua leveza e acessibilidade – podem comunicar mais das vidas cotidianas de homens e mulheres do que um estudo formal a esse respeito.

## 2. Biografemas do dispositivo prisional

A escolha dos biografemas como modo de transmitir a experiência da escuta realizada no contexto prisional já havia sido construída. No entanto, houve um momento em que o pesquisador, ao discutir seu texto, lido em voz alta pelo grupo, fala do desprezo pela palavra que encontrava no cotidiano do seu trabalho. Ali, na conversa com o grupo, nesse lugar de escuta coletiva, foi possível perceber sua própria captura pela lógica institucional associada a essa linha sedimentada do descaso pela fala das apenadas. Foi a emergência da linha enunciativa que produziu um desvio no texto da pesquisa, possibilitou novos biografemas, e produziu o deslocamento do “literal para o literário”, segundo as palavras do pesquisador (MATTOS, 2022, p. 46).

O biografema, termo cunhado por Roland Barthes seria um instante no discurso de um sujeito, assim como a fotografia é um instante na História. O pesquisador destaca, por outro lado, que como método, retoma a tradição psicanalítica de se apoiar na literatura e não rechaçar a palavra, o texto, o discurso (MATTOS, 2022).

## 3. Cartas entre Brasil e Moçambique

A Psicanálise em Moçambique foi um dos temas de pesquisa do grupo. Quais as possibilidades de que a escuta psicanalítica habite o país africano, suas estratégias de saúde, sua psicologia, sem que se apresente como um saber coloni-

zador? Para isso, visitas e entrevistas com médicas e médicos tradicionais do país foram realizadas. Como organizar isso tudo num texto? As normas acadêmicas tradicionais não pareciam dar conta da transmissão da experiência da pesquisadora. Foi num dos encontros do grupo no qual se apresentou esse impasse que surgiu então a proposta das cartas. Essas deram conta do trânsito entre países e culturas, da mudança de linguagem, dos espaços e intervalos necessários na escrita e no diálogo entre a Medicina Tradicional e a Psicanálise.

#### 4. Os sonhos do psicanalista

Uma pesquisa sobre a escuta com população de rua. Nela, inicialmente, predomina a escrita acadêmica, conceitos e teorias para fundamentar o trabalho. Até que o inconsciente do psicanalista aflora em sonhos, tanto os relativos ao texto que está sendo escrito, quanto aos impasses da Clínica. Num primeiro momento esses ficam “em anexo” ao projeto para depois se transformarem em tema e problema da investigação. Precisou da ajuda de muitos para isso acontecer. Assim, os sonhos ganharam espaço nas páginas da Dissertação e foram colocados em análise permitindo a continuidade da escrita e a mudança de rumos na escuta.

#### Sobre a Escuta-Orientação e o gênero literário como superfície de inscrição

Nas cenas apresentadas o modo de escrita e a escolha do gênero literário apontam tanto para os impasses quanto para a possibilidade de continuar. Assim, as crônicas, pela sua função de narrar o cotidiano, surgiram como possibilidade de dar conta do dia a dia da Clínica no contexto da Política de Assistência Social; as cartas foram gênero propício ao atraves-

samento do oceano para falar de uma Psicanálise possível na escuta do sofrimento moçambicano; os biografemas abriram as celas da prisão e os sonhos se apresentaram como enunciação, fissurando as sedimentações acadêmicas e normativas.

Dentre os impasses e possíveis resistências no processo de escuta que se traduziram em bloqueios na escrita destacam-se aqueles surgidos no encontro com a desmontagem das políticas públicas, produtor de angústias e na dificuldade de um tempo de distanciamento entre a vivência e a escrita; a captura pelo dispositivo prisional no que esse produz de rechaço pela palavra de todos; a escrita sobre o desconhecido no país da pesquisadora – a Medicina Tradicional – e sua inclusão como modo de não apresentar a Psicanálise como um saber colonizador. Além disso, no contexto da pesquisa e da escuta com população de rua, os sonhos do pesquisador emergem numa ruptura com o processo de trabalho de escuta e de pesquisa. Em ambos os espaços, na escrita da investigação e na intervenção no serviço, os sonhos apontam outros caminhos.

Os pesquisadores (trabalhadores) sustentam seu trabalho nas diretrizes, normativas e textos das diversas políticas públicas: de Saúde, Assistência Social, Segurança etc. Aqui se coloca uma situação paradoxal nas posições transferenciais. As políticas públicas teriam, em parte a função de amparar situações de diversas vulnerabilidades, segregação e desigualdade social, no entanto, não é raro que os trâmites institucionais mantenham as práticas de vulnerabilização e desigualdade. Esse paradoxo apresenta-se na transferência dos trabalhadores em vários dilemas dos quais emerge uma aparente necessidade de escolher desde onde intervir quando a escuta e as diretrizes da política parecem estar em oposição. Dilemas que aparecem

nos textos das Dissertações. Por outro lado, a transferência dos usuários reflete esse paradoxo quando ao dirigir-se a um suposto sujeito que pode auxiliar na saída da condição em que se encontra, sabe que se endereça a um “representante” do Estado. Estado esse que por vezes o violentou.

Essas posições produzem um efeito inibitório no processo de pesquisa. A escrita paralisa, há relatos de vontade de abandonar o trabalho, desvalorização do que está sendo produzido. Os paradoxos da transferência “vívida” no processo de escuta enquanto trabalhadores, materializa-se como repetição no processo de pesquisa na paralisação do processo de escrita.

O trabalho da orientação nesse contexto se apresenta a partir da escuta em transferência dos impasses e do acolhimento das dificuldades. É pela acolhida e análise dos impasses que se torna possível a enunciação da dificuldade. Não estamos aqui falando somente de escutar o enunciado, aquilo que se apresenta, num primeiro momento, como queixa em relação ao impasse, mas das conexões dessas dificuldades com as lógicas institucionais, com as vicissitudes transferenciais e com tudo aquilo que sedimenta o olhar numa única direção.

Uma vez enunciado o problema, quando se associa o impedimento àquilo que trava a escrita e a escuta, o trabalho de orientação consiste em oferecer algumas possibilidades de modos de escrita. Esses traduzidos em gêneros literários funcionam no texto como superfícies de inscrição dando um contorno àquilo que não pode ser enunciado.

Rodulfo (2004) apresenta a superfície de inscrição como um espaço de subjetivação. Trata-se de uma superfície de escritura que não preexiste ao sujeito, mas carrega em si uma invenção. Inclui no seu funcionamento a marca e a ação de marcar os lugares onde o sujeito de aloja. Aqui propomos,

então, a escrita literária e mais especificamente o gênero literário como uma superfície de inscrição, tanto no que essa tem de inventiva quanto de abertura à possibilidade de alojar o sujeito naquilo que vai se constituindo na ação de escrever. Traço, marca, rasura, mas também continuidade.

Trocoli e Aires (2012) sustentam que a partir de Freud se apresentam dois modos de relacionar a Literatura e a Psicanálise: a Literatura como modo de formalização da teoria psicanalítica e a Psicanálise aplicada à vida e à obra do autor. A partir de Lacan forja-se um estilo em que Literatura e Psicanálise estão em relação de heterogeneidade e de disjunção. Coube a Freud, segundo as autoras, ocupar-se em delinear o inquietante familiar do texto literário e a Lacan deter-se no funcionamento do mesmo. No trajeto entre Freud e Lacan, a narrativa literária ganha diferentes contornos: do caráter de busca de sentidos, mediação e formalização presentes no texto freudiano à busca do funcionamento do texto centrado na falta-a-ser e no encontro com o não-saber, na perspectiva lacaniana (LACAN, 2003).

Barthes (1978, p. 19), ao referir-se ao potencial da literatura afirma: “a ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa”. Para o autor a literatura não se trata de um corpo, uma sequência de obras, um ensino ou um setor de comércio, mas da prática de escrever, do trabalho de deslocamento que o escrever exerce sobre a língua. Trata-se de uma “trapaça salutar” (BARTHES, 1978, p.16) de um movimento de esquiva em relação ao poder da língua. Aquela que obriga a dizer e está a serviço de um poder. A literatura assim, permite desvios, encontra outros caminhos, diz de outro modo. Torna-se um caminho suplementar entre a ciência e a vida.

Petit (2010) destaca o caráter mediador da literatura e assinala o ato da leitura como uma das modalidades de resistir as adversidades. Afirmar a autora que, em contextos demasiadamente expostos à violência, a leitura literária oferece a oportunidade de um “olhar *distanciado* da nossa realidade imediata, de encontrar diferenças para nos questionar, ou semelhanças, ecos das nossas próprias experiências” (PETIT, 2010, p. 31, grifo nosso).

Cyrulnik (2004, 2006) destaca o caráter mediador da narrativa perante situações traumáticas. Atribui à narração dos eventos a possibilidade de elaborá-los sempre que o sujeito receba o acolhimento necessário por parte de quem escuta. Salienta também a necessidade de cuidado e produção de narrativas por parte dos profissionais responsáveis pelo acolhimento dos sujeitos que sofrem em função de eventos traumáticos. Para o autor, então, a narração e as narrativas apresentam possibilidades de cuidado e acolhimento.

Em perspectiva semelhante Gagnebin (2006) destaca o caráter testemunhal da escuta e da escrita não sendo suficiente ver, mas, também, há que levar adiante a narrativa do que se viu. A autora salienta tanto a possibilidade de dizer e transmitir uma experiência nessa narrativa quanto de momentos de impossibilidade da transmissão. Para esses é que a literatura surge, aqui, como um modo de transmissão.

O gênero literário escolhido diz também da experiência clínica que se quer transmitir, dando conta de uma das dificuldades desse processo que é não somente destacar a pesquisa *do que* foi escutado mas *como* se deu essa escuta.

Rodolfo (2008) destaca o caráter musical da experiência de subjetivação dos primeiros meses de vida no canto de ninar. Diz o autor que no momento em que o bebê ainda não

tem acesso à narração, a musicalidade, o tom da voz e o timbre são fundamentais na constituição psíquica. Dos primeiros meses de vida, Rodolfo translada as reflexões para o processo transferencial que acontece em qualquer trabalho, afirmando que muito pouco tem se olhado para essas situações no que temos denominado transferência. Segundo o autor:

Os psicanalistas e outros trabalhadores em ciências humanas não costumam refletir muito, por exemplo, sobre o tom da voz com que se dirigem a uma criança ou ao paciente em geral: seu timbre, seu sotaque, sua cor mais viva ou mais neutra, sua suavidade ou sua força, a qualidade de sua dicção [...] aquilo que costumamos chamar de transferência está mergulhado nesta questão (RODULFO, 2008, p. 190, Tradução Livre da Autora).

Na construção do nosso método de escrita da Clínica Psicanalítica em contextos de crueldade a literatura tem a função de transmissão apontada por Rodolfo em relação à música, seja pelo gênero escolhido ou pelo modo de escrever e pontuar o texto. A função testemunhal da escuta tem sido apresentada nas dissertações não somente descrevendo o que foi escutado, mas levando adiante o que se escutou e como foi escutado. Nesse ponto, damos especial ênfase à escrita literária como escape, desvio em relação à crueza dos contextos de crueldade.

A crueza, o cru, o sangue derramado, tudo aquilo que não está digerido nos termos que compõem a crueldade: *cruor*, *crudus*, *crudelitas*, bem apontado por Derrida (2001) se revestem de mediação, narração e possibilidade de transmissão, numa estética ausente no momento em que a crueza e a crueldade atravessa a quem escuta e a quem é escutado.

Destacamos, ainda, que os tempos da escrita e da elaboração textual refletem os tempos da transferência. Para

sustentar conceitualmente a função temporal recorreremos à proposta de Lacan (1998) quando diferencia os tempos da cronologia, da lógica do tempo no processo de fala direcionada a um analista e os tempos da escuta.

Lacan apresenta três momentos na instância do tempo: o instante de olhar, tempo para compreender e momento para concluir. No instante de olhar – primeiro tempo – há uma constatação do que se vê. No segundo, o tempo para compreender, o olhar dirige-se além do que se apresenta num primeiro tempo, trata-se de um processo de compreender que inclui o outro, as suas reações, suas atitudes, compreende o contexto, os processos de alteridade. O terceiro tempo, da conclusão, dá-se pela antecipação de uma certeza sobre o que se viu e se compreendeu, um momento de conclusão que não traduz uma finalização do processo, mas um ponto de verdade que se abre ao mesmo tempo à dúvida.

No processo de pesquisa, os tempos apontados por Lacan, podem ser considerados, também, como tempos oscilantes de distanciamento do olhar em relação às questões e materiais a serem investigados. Isso supõe a produção de um intervalo entre a posição do pesquisador mergulhado na transferência com seu “objeto” de pesquisa e a sua posição em transferência, agora, suplementarmente, com a Universidade, o Grupo de Pesquisa e com o Texto que vai sendo produzido.

Nos trabalhos de Dissertação a construção do problema de pesquisa pode ser aproximado ao instante do olhar. Transferencialmente aqui há que realizar uma escolha dentre as tantas questões que se apresentam no processo de escuta e a necessidade de trabalhar a angústia que pode emergir quando se trata de recortar um olhar sobre a crueldade. É um tra-

balho textual de garimpar, limpar e escolher. Há aqui também um trabalho de construção de uma posição de pesquisa.

O tempo de compreender ganha contornos singulares dependendo de qual seja o texto e o estilo da autoria. De modo geral podemos dizer que nos trabalhos do grupo se constataram dois modos de inclusão da alteridade, um produzido pelo intervalo no próprio olhar do pesquisador e outro no qual os colegas de equipe foram escutados para dar continuidade à pesquisa. Em todos, no entanto, o Grupo de Pesquisa teve a função de Outro.

O tempo de compreender diz também do trabalho de idas e vindas entre a escrita literária e a escrita acadêmica, entre a posição de trabalhador que escuta a cena no seu contexto de trabalho e o pesquisador que necessita de uma escrita acadêmica, atravessada e sustentada pelas suas lentes conceituais, entre a angústia vivida e a possibilidade de fala. É um tempo de estetizar a crueldade, cozinhar sua crueza, limpar o sangue com palavras desviantes numa “trapaça salutar” ao poder da língua (BARTHES, 1978).

O momento de concluir trata do arremate dos textos das dissertações. A escolha do ponto final, mas um ponto final o qual no ensino de Lacan remete a um *après-coup*, a um movimento de volta ao texto anterior para significá-lo e ressignificá-lo, abrindo a possibilidade de continuar. Uma conclusão que afeta todo o texto.

## O dispositivo Orientação como Tecnologia Social

O dispositivo Orientação, pelo que vem sendo trabalhado até aqui, é um encontro atravessado pela transferência de trabalho entre colegas no qual a escrita é metodologia de

pesquisa. Nesse encontro acontece a intervenção no texto e no processo de escuta realizado nos diferentes campos de pesquisa, os quais, no nosso caso remetem aos contextos de crueldade, segregação e desigualdade social. No processo de pesquisa da escuta psicanalítica nesses contextos, temos dado destaque aos impasses, impedimentos, inibições e movimentos de resistência dos pesquisadores, por entender no *après-coup* que esses apontam para cristalizações e sedimentações culturais, institucionais e subjetivas que travam a possibilidade de escutar. A Orientação, por outro lado, produz fissuras e fraturas nessas paralisações quando aponta para diferentes modalidades de escrita literária. Isso ocorre mediante uma rede transferencial que inclui os acontecimentos entre o pesquisador, seu “objeto” e campo de pesquisa, a Universidade, a figura da/o Orientador/a, o Grupo de Pesquisa e o Texto que vai sendo produzido.

A escuta e o acolhimento no campo interdisciplinar da Saúde Coletiva brasileira, no qual inscreve-se também a Psicanálise, tem sido denominado de tecnologias leves (MEHRY, 2005). Essas referem-se, às relações e ao vínculo promotor de liberdade e autonomia. Pode-se afirmar, assim, que por essas qualidades as tecnologias leves compõem o que tem se chamado na América Latina de tecnologias sociais cuja ênfase recai na gestão da autonomia e do protagonismo. Isso tudo com o objetivo de produzir transformações sociais e melhoria de vida da comunidade.

Souza e Pozzebon (2020) sustentam a adoção do referencial teórico de tecnologias sociais desenvolvido por autores latino-americanos por entenderem que esse é coerente com uma postura que combina construtivismo social com uma visão crítica e política das inovações sociais. Nesse sen-

tido, referem-se a Thomas (2009) que as define como ferramentas, métodos e arranjos organizacionais que auxiliam na criação, desenvolvimento e implementação de modos de resolução de problemas sociais produtores de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

De modo geral, vários autores concordam em afirmar que as tecnologias sociais compreendem a tecnologia como artefatos ou ferramentas vinculados a uma prática social que produz transformações. Nessas o protagonismo, o empoderamento e a autonomia são ingredientes fundamentais para a gestão de instrumentos e metodologias capazes de melhorar as condições de vida (DAGNINO, BRANDÃO e NOVAES, 2004; DUQUE e VALADÃO, 2017; ROSO, 2017).

O processo de escuta, então, como tecnologia leve pode ser compreendido como uma tecnologia social, uma vez que através dele dá-se a produção de fissuras e rupturas nas linhas e lógicas de vulnerabilização e segregação social que impedem o empoderamento, o protagonismo e a autonomia das pessoas e das comunidades. O dispositivo Orientação ao escutar e pesquisar sobre essa escuta, transforma-se numa ferramenta e numa metodologia vinculada a práticas transformadoras, especialmente quando essas acontecem no campo das políticas públicas atravessadas pela produção de mais crueldade onde deveriam produzir proteção.

## Referências

ACÚRCIO, F. A. Evolução histórica das políticas de saúde no Brasil. In: **Programa MultiplicaSUS. (Redescobrimo o Sus que temos para construir o SUS que queremos)**. Série D. Reuniões e Conferências. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1978.

BENJAMIN, W. Ensaio sobre literatura e história da cultura. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. [Volume 1 - Magia e técnica, arte e política]. São Paulo: Brasiliense, 1987. Pp. 114-211.

BIRMAN, J. Crueldade e Psicanálise: uma leitura de Derrida sobre o saber sem alibi. **Natureza Humana**, v. 12, n. 1, pp. 1-29, 2010.

CANDIDO, A. A vida ao rés-do-chão. In: ANDRADE, C. D.; BRAGA, R.; CAMPOS, P. M.; SABINO, F. (Orgs.). **Para gostar de ler: crônicas**. [Volume 5]. São Paulo: Ática, 1981. Pp. 13-22.

CYRULNIK, B. **Falar de amora à beira do abismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CYRULNIK, B. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. **Sobre o Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Komedi, 2004. Pp. 103-116.

DANTO, A. E. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Veja, 1996. Pp. 83-96.

DERRIDA, J. **Estados-da-alma da psicanálise. O impossível para além da soberana crueldade**. São Paulo: Escuta, 2001.

DUQUE, T. O.; VALADÃO, J. A. D. Abordagens teóricas de tecnologia social no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 5, pp. 1-19, 2017.

ENDO, P. **A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

LACAN, J. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. Pp. 197-213.

LACAN, J. Lituraterre. In: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. Pp. 15-28.

MARQUES, M. O. **Escrever é Preciso: o princípio da pesquisa**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

MATTOS, L. F. **A trajetória de uma escuta entre o literal e o literário no sistema prisional**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MEZAN, R. **Escrever a clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MIJOLLA-MELLOR, S. Terrorismo, barbárie e desordem: parte II. **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, pp. 173-183, 2005.

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

RODULFO, R. **Futuro porvenir: ensayos sobre la actitud psicoanalítica em la clínica de la niñez y adolescencia**. Buenos aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2008.

RODULFO, R. **Desenhos fora do papel: da carícia à leitura-escrita na criança**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Revista Textura**, v. 2, n. 2, pp. 42-47, 2002.

ROSO, C. C. **Transformações na Educação CTS: uma proposta a partir do conceito de Tecnologia Social**. [Tese de Doutorado]. Florianópolis: UFSC, 2017.

SANTOS, J. L. C. A crônica como um espaço itinerante da cidade. In: TRAVANCAS, I.; NOGUEIRA, S. G. (Orgs.). **Antropologia da comunicação de massa**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Pp. 95-111.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. (Orgs.). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. Pp. 13-21.

SOUZA, A. C. A. A.; POZZEBON, M. Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 93, pp. 231-254, 2020.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, 2002.

THOMAS, H. Tecnologías para la inclusión social y políticas públicas en América Latina. In: OTTERLOO, A. (Ed.). **Tecnologias sociais: Caminhos para a sustentabilidade.** Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009. Pp. 25-81.

TROCOLI, F.; AIRES, S. Literatura e Psicanálise: de uma relação que não fosse de aplicação. **Revista Terceira Margem**, v. 16, n. 26, pp. 11-16, 2012.